

26 NOV 1985

Novo pacote pode sair por decreto-lei

Brasília — O governo deseja evitar o uso do decreto-lei para baixar o pacote econômico que considera imprescindível para reduzir o déficit público e reordenar a economia. Às 9h, no Palácio do Planalto, o presidente José Sarney, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, e o ministro do Planejamento, João Sayad, tentarão montar uma estratégia com os membros do conselho político — formado pelas lideranças do governo no Congresso — para que o pacote passe no Congresso Nacional, pois o governo tem a sua rejeição.

Entre outras medidas, o pacote prevê a criação de novos impostos, e o descontentamento que isso causa já foi captado nas bancadas dos vários partidos. Para evitar o impasse, os ministros da área econômica têm mantido constantes contatos com os líderes da Aliança Democrática tendo em vista o curto prazo até o recesso parlamentar — que começa no dia 5 de dezembro — o governo deverá enviar o pacote ao Congresso amanhã, ou, no mais tardar, até sexta-feira.

Mas, segundo fontes do governo, caso o pacote seja rejeitado no Congresso, o presidente José Sarney não abrirá mão do uso do decreto-lei. Sua promessa de que não usaria este instrumento foi quebrada na semana passada, após a liquidação extrajudicial dos bancos Auxiliar, Comind e Maisonnave. Foi através de decreto-lei que o presidente instituiu a correção monetária dos passivos de instituições financeiras liquidadas.

A reunião de hoje será aberta pela exposição de motivos dos ministros da área econômica, que tentarão esclarecer todos os detalhes do pacote às lideranças do PMDB e do PFL no Congresso. Os ministros tentarão demonstrar que, ao contrário dos rumores, o pacote não penalizará, através de impostos, os assalariados de renda média e baixa. O presidente Sarney não ficará até o final da reunião, pois tem viagem marcada às 10h para o Rio, onde participa de almoço, no Museu de Arte Moderna (MAM), em homenagem a dona Niomar Muniz. Após sua saída da reunião, o ministro Dilson Funaro assumirá o comando dos trabalhos.

As medidas fundamentais contidas no pacote econômico do governo são as seguintes: área tributária:

1) Isenção do Imposto de Renda na fonte para quem ganha até seis salários-mínimos (Cr\$ 4 milhões 800 mil), redução do desconto em folha para quem ganha até Cr\$ 30 milhões e aumento da alíquota para os que recebem mais de Cr\$ 36 milhões (ou acima de 50 salários mínimos, Cr\$ 30 milhões).

2) Obrigatoriedade de as 3 mil maiores empresas do país (com lucro superior a 40 mil ORTNs anuais, Cr\$ 2 bilhões 500 milhões) apresentarem declaração semestral de rendimentos. Estas empresas deverão ter seus lucros com especulação financeira taxados;

3) Aumento da tributação no *open market* e *over night* e transformação do Imposto de Renda incidente sobre as operações em Imposto sobre Operações Financeiras (IOF);

4) Tributação das operações em bolsa nos mercados a termo e futuro, excluídas as *commodities* (produtos agrícolas).

Na área administrativa, são as seguintes:

1) Corte de 10% a 20% nas despesas de custeio da administração federal direta, indireta e empresas estatais;

2) Corte de 10% a 20% nos contratos da União com empresas prestadoras de serviços. Os cortes não deverão atingir os investimentos considerados prioritários no orçamento da União para 1986.

3) Privatização de empresas estatais, medida com a qual o governo espera arrecadar Cr\$ 15 trilhões no próximo ano. A primeira relação de empresas a serem privatizadas — cerca de 20 — acompanhará o pacote econômico.

4) A criação de um "recolhimento compulsório" sobre os depósitos de caderneta de poupança dos conglomerados financeiros privados e da Caixa Econômica Federal para formar um fundo especial destinado, exclusivamente, ao financiamento de habitações populares.